

RECURSO

Representação n.º 1.16.000.001323/2007-80
Contra Promoção de Arquivamento 27/2007-PRDF/MPF/PP

Belém- Pa, 31 de agosto de 2007

Excelentíssimo Procurador da República no Distrito Federal

Peterson de Paula Pereira

Eu, **João Batista do Nascimento**, casado, Professor Público Federal, pós-graduado em matemática, lotado por concurso de prova e títulos, nível assistente III, no Dep. Matemática/ ICEN/UFPa, situada a Av. Augusto Corrêa, nº 01, CEP: 66.075-010 -Belém -Pa, matrícula Siape: 1177947, **venho expor os argumentos que mostram serem falaciosos, donde enganadores da fé pública, os evocados e/ou aludidos pelo Sr. Diretor de Ações Educacionais do FNDE/MEC no processo e acrescentar novos crimes, inclusive da mais alta gravidade para formação da nossa nacionalidade que encontrei em livro didático aprovados e comprados pelo MEC.**

FATOS

1- Esclareço que: o fato de constar tirinhas em língua inglesa no livro didático da escola pública na qual meu filho estuda, tendo este sido comprado com recursos públicos, não é um fator de gravidade extrema pessoal, dado que, este estuda extra classe inglês americano. Antes de tudo, isso foi motivado por este tomar conhecimento de haver uma grande e bela Nação e com grandes sonhos para se viver. Este denota até sentir ser recompensador tentar nesta conquistar alguma coisa, mesmo que seja na condição de clandestino. Sabe ainda: tal Nação exerce tanto poder e fascínio por não haver prova alguma de que esta tenha sido negligente, irresponsável e jamais cedido algum milímetro dos seus valores básicos.

Entre estes, **Educação é um dos dos maiores. Onde, até mesmo nas escolas públicas dos guetos habitados por pessoas de origens latinas, e são milhares, não há notícia de que livro didático da matemática das escolas públicas traga algum conteúdo que não esteja na língua nacional.** *De fato, são os próprios autores desta nacionalidade quem assim precedem, dado que, não fizeram curso superior apenas para pegar um papel chamado diploma, mas, e primeiramente, para conhecer os fundamentos da Nação e honrar alguns saberes que a humanidade já produziu.*

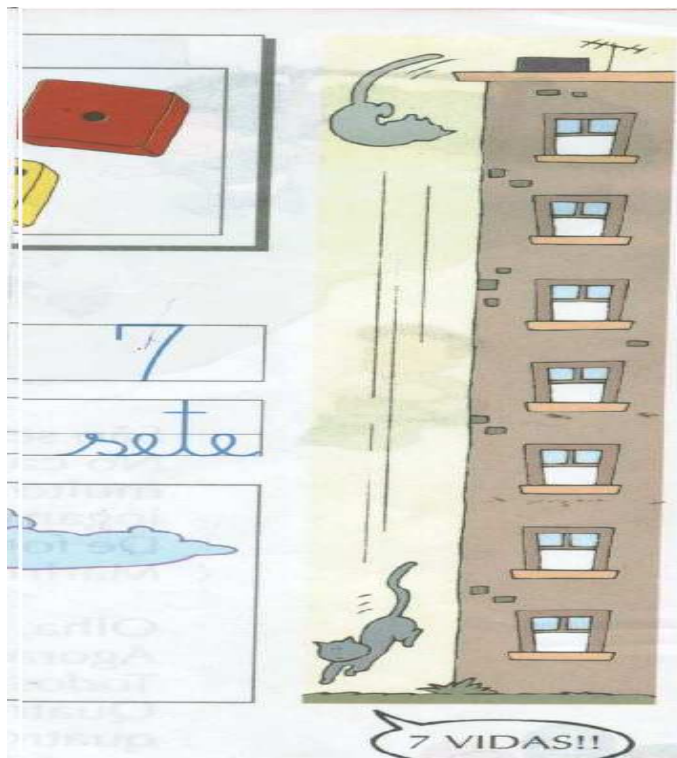
2 - É sabido que: dentro de uma especialidade é possível alguém ser irresponsável, até criminoso, sem que pessoa leiga possa perceber. Especialmente, como ocorre no ensino da matemática, no qual não há nenhum órgão fiscalizador, como faz OAB's, Conselho Federal de Medicina e tantos outros, que buscam catalogar tais infrações e meios de coibir/punir. Assim, não cabe relatar aqui tais fatos específicos que só especialista, e que não compactuar, pode aferir.

No entanto, há outros fatos, que passo a relatar no processo, novos inclusive, os quais desmentem cabalmente o argumento de haver processo, ao menos que seja, de responsabilidade mínima para aprovação/compra do livro didático da matemática, e em todos os níveis do ensino desta. Quais sejam:

A - ILUSTRAR O NÚMERO SETE COM UM GATINHO SENDO JOGADO DO SÉTIMO ANDAR

A seguinte ilustração é da Coleção Novo Tempo, Imenes & Lellis, Editora Scipione, das séries iniciais e que consta na relação de livros didáticos comprado pelo MEC nos últimos 5 anos

Tal fato é uma aberração em qualquer nível do ensino, e mais grave ainda, basta ver-se no recorte, quando é em livro dos que ainda estão na fase mais vulnerável da construção de suas personalidades.



Portanto, o argumento de haver o mínimo de responsabilidade por parte do sistema de qualificação, aprovação e compra do livro didático que compõe o MEC É FALSO e enganoso da fé pública, como foi reflita no processo.

B) OBRIGAR QUE UM DADO COMUM TENHA FACE ZERO

Em exemplar da mesma coleção citada acima, consta o seguinte:

Dado A	Dado B	Soma
0	0	0
0	1	1
0	2	2
0	3	3
0	4	4
0	5	5
0	6	6
1	0	1

O recorde é obviamente os registros ao se jogar dois dados comuns. No entanto, nos registros apontados no livro texto é indicando que houve jogadas em que o número da face válida é ZERO.

Pelo quantitativo de vezes que fizeram isso, fica absolutamente patente que nem Autor, Editora e ninguém do MEC, sequer gastaram um minuto lendo o material que iriam repassar para nossas crianças, posto que, é impossível que mesmo com uma leitura, por mais relapsa possível, alguém não perceba um absurdo desta magnitude. Pior ainda, quando se sabe que o MEC paga dezenas de profissionais para tal; cerca de R\$ 3 milhões foram gastos só nas últimas avaliações do livro didático.

Portanto, o argumento de haver o mínimo de cuidado técnico por parte de todo sistema do livro didático no MEC É FALSO.

C) ENSINAR ERRADO AS MEDIDAS DA BANDEIRA BRASILEIRA

CONTEÚDO NO LIVRO DIDÁTICO

MATEMÁTICA, Ciência e Aplicações, PNLEM 2006, CÓD. 229001, TIPO: L
GELSON IEZZI, OSVALDO DOLCE, DAVID DEGENSZAJN, ROBERTO
PÉRIGO, NILZE DE ALMEIDA, ATUAL EDITORA, VOL 2. ENSINO MÉDIO

Pág. 247, Exemplo

Um professor pediu a seus alunos que desenhasssem a Bandeira do Brasil e, para isso, deu as seguintes instruções:

- O retângulo deve ter 10 cm de largura por 14 cm de comprimento;
- O losango deve ter o lado de 7cm de comprimento e um de seus ângulos internos deverá medir 60°;
- O círculo deve ter raio medindo 3 cm.



O QUE DIZ A LEI

BANDEIRA DO BRASIL

Informação em: www.inmetro.gov.br/consumidor/produtos/bandeira.asp

A maioria dos brasileiros desconhece que **a fabricação da Bandeira Nacional obedece a rígidos critérios em relação às dimensões das figuras geométricas (retângulo, losango e círculo), das letras e das estrelas.**

Dimensões

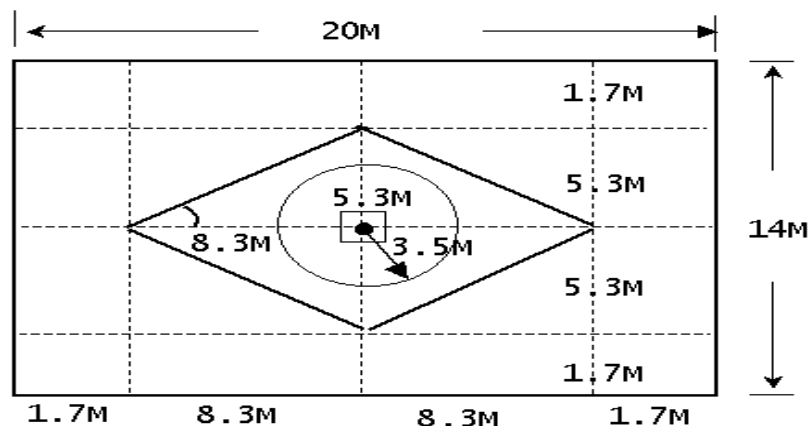
Para cálculos das dimensões, será tomada por base a largura, dividindo-a em 14 (quatorze) partes iguais, sendo que cada uma das partes será considerada uma medida ou módulo (M). Os demais requisitos dimensionais seguem o critério abaixo:

- 1. Comprimento será de vinte módulos (20M);**
2. A distância dos vértices do losango amarelo ao quadro externo será de um módulo e sete décimos (1,7M);
- 3. O raio do círculo azul no meio do losango amarelo será de três módulos e meio (3,5M);**
4. Centro dos arcos da faixa branca estará a dois módulos (2M) à esquerda do ponto de encontro do prolongamento do diâmetro vertical do círculo com a base do quadro externo;
5. Raio do arco inferior da faixa branca será de oito módulos (8M); o raio do arco superior da faixa branca será de oito módulos e meio (8,5);
6. A largura da faixa branca será de meio módulo (0,5);

[...]

A legislação específica para a confecção da Bandeira Nacional (Lei n.º 5.700, de 1º de setembro de 1971) **não prevê margem de erro para as dimensões.**

Análise Técnica - Em função do módulo (M), algumas das medidas oficiais da **Bandeira Brasileira**, são:



1) No livro didático foi dado que a largura mede 10 cm , donde cada módulo (M), por lei, mede $\frac{10}{14}\text{ cm}$. Assim, o comprimento, por lei, item 1, tinha que obrigatoriamente medir $20 \times \text{Módulo} = 20 \times \frac{10}{14}\text{ cm} \approx \boxed{14,28\text{ cm}}$ e não 14 cm como foi dado no texto.

2) Já o raio do círculo que compõe a Bandeira Brasileira, por lei, item 3, tem que medir $3,5M = 3,5 \times \frac{10}{14}\text{ cm} = \boxed{2,5\text{ cm}}$ e não 3 cm como foi dado no texto.

Pelo teorema de Pitágoras, $[(\text{hipotenusa})^2 = (\text{cateto})^2 + (\text{cateto})^2]$, o comprimento do lado do losango é dado por $M \sqrt{(5,3)^2 + (8,3)^2} \approx M \sqrt{96,98} \approx \boxed{9,84 M}$, que aplicado ao valor do módulo dado no livro produz: $9,84 M = 9,84 \times \frac{10}{14} = \boxed{7,0285\text{ cm}}$ e não 7 cm como foi dado no livro texto.

3) Pelas simetrias e de Geometria Plana, nível de 8ª série, o ângulo que assinalamos na figura acima, possui por tangente $\frac{5,3 M}{8,3 M} \approx 0,6385$. A qual, ante uma consulta direta numa tabela trigonométrica (na página 136 deste livro texto consta uma), indica que este ângulo mede um pouco mais de 32° . Assim, o ângulo interno do losango neste vértice $\boxed{\text{mede mais de } 64^\circ}$, e não 60° como disseram no livro texto.

CONCLUSÃO: Ao aplicar os fundamentos básicos da matemática, **TECNICAMENTE**, os resultados de 1) 2) e 3) acima, comprovam que todos os dados que o livro texto fornece e indica para confecção da Bandeira Brasileira, não estão de acordo com os valores que são preconizado por lei.

Assina: João Batista do Nascimento, Mestre em Matemática/UFC.

Dos fatos apresentados, fica comprovado que Autor, Editora e MEC não se preocupam nem com o que diz lei deste País. Nem mesmo com uma das mais fundamentais e que faz parte da formação da nacionalidade dos educandos. Não é permitido ninguém neste País desconhecer tal lei. Muito menos que alguém formado em matemática não saiba exatamente das contas preconizadas nesta. E, mais criminoso ainda quando ensina errado para milhões de brasileiros, com a agravante de ensinar através de livro comprado com recursos públicos.

Portanto, o argumento que se induz no processo de que o MEC age com sobriedade e dentro da lei no que diz respeito ao livro didático É FALSO.

E) INDUZIR O EDUCANDO SEPARAR A AMAZÔNIA DO BRASIL

Página de livro didático comprado pelo MEC: Novo Tempo (Imenes, Jacuko e Lellis, editora Scipione, vol 4.

148

MATEMÁTICA E MEIO AMBIENTE

Plano de Trabalho
Página
30

Veja um pouco da Floresta Amazônica.

É a maior do mundo, cortada por alguns dos maiores rios, com grande variedade de plantas e de animais.

No mapa, vemos como a floresta é enorme. As grandes cidades são só um pontinho, mas a floresta é quase metade do país. Em 1970, eram 4 000 000 de quilômetros quadrados!

Pena que a floresta esteja diminuindo. Derrubam árvores e fazem queimadas para obter pastagens para o gado. Derrubam árvores para exportar madeira.

Isso é mau para os povos da floresta, para os animais e para todos nós, porque a região pode virar um grande deserto.



CONVERSANDO SE APRENDE

- ☐ Como a Floresta Amazônica foi representada no mapa?
- ☐ No mapa aparecem as grandes cidades brasileiras. Juntando todas, a área obtida seria maior que a da floresta?
- ☐ Por que a floresta vem diminuindo?
- ☐ Quais são os povos da floresta?
- ☐ De acordo com o texto, a área do Brasil pode ser de 4 milhões de quilômetros quadrados? E pode ser de 8 500 000 quilômetros quadrados? Por quê?

O texto "A ÁREA DO BRASIL PODE SER DE 4 MILHÕES DE QUILOMETROS QUADRADO?" coloca em questionamento o tamanho do território brasileiro. Isto é um crime de LESA-PÁTRIA. O território nacional tem o seu valor unicamente determinado e inquestionável. Este jamais deve ser objeto de discussão, especialmente em livro didático comprado pelo MEC.

Para ser mais didático, que é a parte da minha função de educador, transcrevo artigo de minha autoria, no qual denuncio tal ato subversivo.

BRASIL MENOS A AMAZÔNIA É IGUAL AO BRASIL?

Por **Nascimento, J.B.** - Dep. Mat. UFPa
www.cultura.ufpa.br/matematica/?pagina=jbn

Amazônia tem sido um tema, no mínimo, apaixonante em todos os tempos. Testemunhei isto já na minha escola primária no interior do Ceará, a qual situava em leito seco de um outrora riacho. O que não é novo são denúncias por toda mídia como sempre: exploração ilegal de madeira, biopirataria, ocupação desordenada, ONG que ninguém sabe o que faz de fato, academicismo subserviente, etc.

Tenho olhado tudo pelo lado da educação. Quando é triste saber que o mesmo principio ativo que rende bilhões, de dólares, em outros cantos, não rende mais que alguns parques reais aqui na feira do ver-o-peso em Belém.-Pa. E quem faz o diferencial mais profundo entre um lugar e outro? O nível educacional.

Por acreditar desesperadamente na educação, um dia uma criança relata-me um fato do seu livro didático que, pelo menos ainda acho que é - outros apenas riem quando mostro - estarrecedor. O ocorrido tem haver com o seguinte texto que há no seu livro didático de matemática, do qual reproduzo a seguinte parte: "No mapa, vemos como a floresta é enorme. As grandes cidades são só um pontinho, mas a floresta é quase metade do país. Em 1970, eram 4.000.000 de quilômetros quadrados!"

E um dos exercícios que há no livro é: "De acordo como o texto, a área do Brasil pode ser de 4 milhões de quilômetros quadrados? E pode ser de 8.500.000 de quilômetros quadrados? Por quê? "

*Voltando ao diálogo com a criança. Esta tinha desenhado um mapa do Brasil e, o que me deixou perplexo, picotado e separando a Amazônia do Brasil. Ela delineava que a resposta para essa pergunta era sim, bastando separar no mapa o Brasil da Amazônia. Nunca tinha presenciado nada mais letal. **Como um livro texto aprovado pelo MEC e comprado com recursos público pode carregar no seu bojo um vírus tão destruidor? Quem quiser, leia a página completa e a identificação do livro encontra-se publicado na página: http://www.quatrocantos.com/LENDAS/54g-amazonia_finraf.htm.***

*Tal texto nas mãos de milhares das nossas crianças é algo sem medida, só em fazê-las refletirem que é possível uma Nação com menos território que de fato lhe cabe. Os que riem, nisto se inclui muitas das nossas ditas autoridades para quais mandei via e-mail e não se indignaram ante o fato, têm uma visão pobre da sua nacionalidade e nunca foram sujeitos de fato da educação, ao desconhecer o seu poder mais avassalador: **construir mentalidades.***

Para finalizar, acredito que só começaremos resolver parte da tragédia amazônica quando tivermos meios outros capazes de promoverem uma situação social de aferição de renda melhor que passar a semana toda dentro da mata cortando árvores ou fazendo carvão, para ganhar R\$ 30,00 (trinta), quando muito. Sendo que isto nunca será possível sem uma educação de qualidade mínima.

F) OS CONCEITOS QUE HÁ NAS TIRINHAS EM LÍNGUA INGLESA SÃO FUNDAMENTAIS QUE O EDUCANDO APRENDA.

Reprodução de uma das tirinhas do livro didático

TUDO É MATEMÁTICA, 8ª SÉRIE, DANTE, ED. ÁTICA (PNLD/FNDE/MEC, CÓD. 820011, TIPO: L, **Página 60** :

Calvin and Hobbes

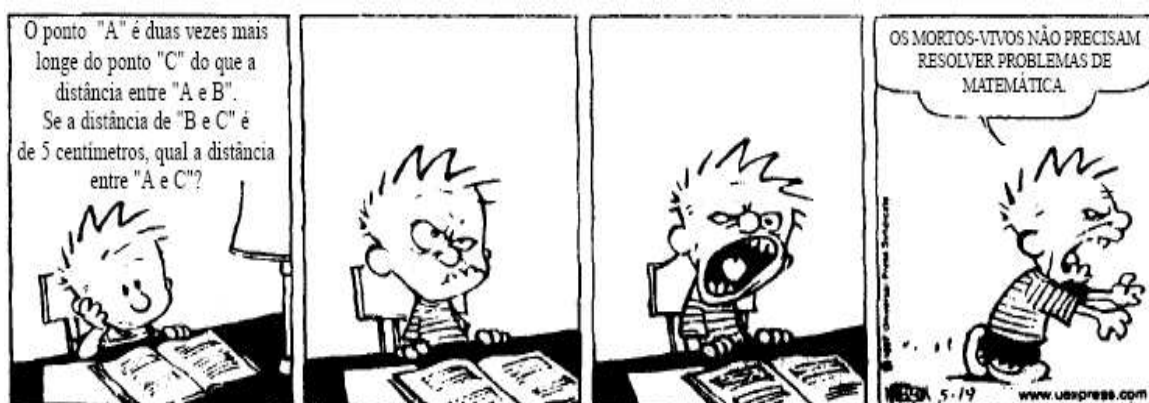
by Bill Watterson



Tradução do conteúdo Matemático que há na primeira fala desta tirinha: Dados três pontos e informações quanto algumas das distâncias, determinar uma outra desta especificada.

A mesma tirinha traduzida e tendo o seu conteúdo servindo de base na formulação de quesito do Vestibular da UERJ

Em http://www.vestibular.uerj.br/vest1998/files/1998_f2_mat.pdf



(O Estado de São Paulo, 16/08/97)

Considere os pontos A , B e C nas condições mencionadas na tirinha.

A - Se A , B e C pertencem a uma mesma reta, calcule a distância entre A e C quando:

- A está situado entre B e C ;
- A está situado fora do segmento BC .

B - Se A , B e C estiverem no plano cartesiano, sendo A um ponto móvel, B um ponto do semi-eixo positivo das abscissas (x) e C a origem $(0,0)$, determine a equação da linha descrita pelo ponto A e identifique a curva correspondente.

O mesmo conteúdo no vestibular da USP

USP/2004.1- Q. 02 - Três cidades A, B e C situam-se ao longo de uma estrada reta; B situa-se entre A e C e a distância de B a C é igual a dois terços da distância de A a B. Um encontro foi marcado por 3 moradores, um de cada cidade, em um ponto P da estrada, localizado entre as cidades B e C e à distância de 210 km de A.

Sabendo-se que P está 20 km mais próximo de C do que de B, determinar a distância que o morador de B deverá percorrer até o ponto de encontro.

Fica, ante o argumento de defesa por parte do MEC, transparecendo de que esta tirinha, assim como todas, trata apenas de uma simples piada, o que é FALSO, donde ENGANOSO DA FÉ PÚBLICA. O que esta tirinha expressa realmente é um outro aspecto, qual seja: **a criança tem toda liberdade de até xingar o exercício, no entanto, vai ter que fazê-lo, pelo simples fato de que: uma vez que lhe foi proposto, é pela razão fundamental de que há fatos da máxima importância para que ela aprenda. Isto é exatamente o contrário do que registro com o meu filho ante este livro: ao perceber que tais tirinhas estão em língua inglesa, este denota entender que estas não tratam de nada sério que ele precise aprender, que é o conseqüente mais terrível que tal fato provoca no cerne da educação nacional.**

Assim como, não resta dúvida de que o conteúdo que consta em inglês no livro didático é fundamental para vida do educando, donde, para que o MEC garanta que não há prejuízo educacional ao país, precisa demonstrar que em todas as escolas públicas nas quais o livro didático foi adotado, todo educando teve aprendizagem em inglês suficiente para entender perfeitamente o conceito matemático expresso no texto em língua inglesa. Caso contrário, este corre o risco de não ser adequadamente preparado, onde torna-se um fator a mais de exclusão social, quando já temos tantos, para o ingresso ao ensino superior e um ato negligente do sistema MEC.

Também, o próprio Ministério Público Federal pode ir in locus, escolhendo quatro escolas públicas quaisquer com turmas de 8ª série, expor o texto em inglês e pedir que os alunos traduzam o texto para língua portuguesa e determinar o nível de compreensão que apresentam.

Por outro lado, se existe conhecimento em inglês dos alunos da rede pública nacional em nível suficiente para entender perfeitamente todo tal conteúdo, não se justifica, desta série pelo menos, que nas licitações para compra do livro didático, não possam concorrerem e/ou não ser convidadas para fornecer no original, por exemplo, as editoras que produzem livros didáticos de matemática para as escolas americanas do mesmo nível. Os quais são de qualidade mundialmente reconhecida e as provas de aferição do PISA/UNESCO são baseadas nestes, sendo que estas determinam para o Banco Mundial o nível de aprendizagem matemática. Esta pesquisa do PISA é preponderante na definição dos investimentos internacionais.

Sendo os conceitos de matemática praticamente os mesmos em todo e qualquer lugar, havendo apenas diferenças mínimas e que são irrelevantes no global, havendo domínio do inglês e o MEC reconhecendo, como fez no processo, que não há impedimento jurídico para que o livro didático da matemática contenha fatos em língua estrangeira, o Brasil só tem a ganhar, e muito, adotando estes. Basta lembrar que: na última pesquisa do PISA/matemática, de 40 países pesquisados, o Brasil ocupou a 39ª posição, e que cada ponto que subirmos neste, significará bilhões de dólares em investimento permanente no país.

Do exposto, fica evidente que o afirmado no processo em tela: *"O livro criticado nesta representação, intitulado de "Tudo é Matemática" (8ª série), ademais, é uma coleção que tem sido aprovada nas diversas edições do Programa Nacional do Livro Didático e que, conforme apontamentos, constitui-se em uma das obras de prestígio na área da matemática para o ensino de 5ª a 8ª séries"*, não procede, dado que, o que já demonstrei deixa patente que estas tais comissões de avaliação do livro didático do MEC, têm se comportadas até de forma relapsas no comprimento das suas funções públicas, donde não serve como parâmetro para que se afirme nade de fé pública.

Ademais, no nosso estudo da qualidade do livro didático, paginas 3-5, versão atualizada anexa, constato, como a tal definição de fração na qual podem haver termos irracionais, como em $\frac{1}{\sqrt{3}}$, por exemplo, ser uma fração, um fortíssimo indício de cartelização ao se fazer definições personalizadas. Isto obriga que uma escola que adotou um volume desta na 5ª série, por exemplo, ter que adotar todos os demais nas séries seguintes, ou pelo menos do mesmo grupo do autor, sob pena do aluno não mais entender quase nada nas série seguintes dos conceitos desta matemática que é exclusiva do grupo ao qual pertence o autor.

Tal fenômeno, só poderá ser melhor evidenciado se o MEC publicar, e aqui deixo meu apelo para que o Ministério Público Federal promova uma ação que obrigue, a relação de todos os livros didáticos da matemática que foram reprovados por tais comissões, nos últimos 10 anos.

Logo, Excelentíssimo Procurador, fica claramente determinado que não estamos tratando de um mero, casual e inconseqüente acidente, menos ainda de só um CRIME DE LESA-PÁTRIA, mas de todo um processo de LESA-PÁTRIA, através do meio mais devastador que poderiam usar: A EDUCAÇÃO NACIONAL. E, reitero ser de extrema necessidade, também por outros fatos específicos da matemática, que se retire imediatamente todos estes livros didáticos das nossas escolas e de se fazer um estudo sério e rigoroso em todo sistema.

Assina: João Batista do Nascimento
www.cultura.ufpa.br/matematica/?pagina=jbn

ACRÉSCIMOS AO RECURSO E FATOS EXTRAS

Representação n.º 1.16.000.001323/2007-80

Contra Promoção de Arquivamento 27/2007-PRDF/MPF/PP

Belém- Pa, 16 de janeiro de 2008

Excelentíssimo Procurador

Somente este mês chegou para o meu conhecimento, através do ofício abaixo, SEB/MEC das alegações feita no processo através do Ofício 3409/DPE/SEB/MEC, 27/07/2007 (g.n).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO Secretaria de Educação Básica

Ofício: nº 5438/GAB/SEB/MEC

Brasília, 17 de dezembro de 2007

Ao Senhor

João Batista do Nascimento

Universidade Federal do Pará

Instituto de Ciências exatas e Naturais

Departamento de Matemática

Assunto: Representação nº 1.16.000.001323/2007-80-Livro didático de Matemática.

Prezado Senhor

1. Em atenção à sua mensagem eletrônica encaminhada a este Ministério, em anexo, Representação junto ao Ministério Público Federal, Procuradoria da República do Distrito federal e posteriormente enviada a esta Secretaria, na qual aponta a existência de erros conceituais em livros didáticos de matemática avaliados no Programa Nacional de Livro Didáticos-PNLD, esclarecemos o que se segue:

a) o Ministério de Educação por meio da avaliação das obras didáticas, buscas oferecer às escolas obras que contemplem diferentes contextos e formas de organização
b) no Edital para a inscrição das obras ao serem avaliadas, além dos critérios comuns estipulados ainda conta com critérios específicos de cada área de conhecimento, **sendo que a não observância de qualquer um dos critérios apontados resulta em exclusão.**

2. Informamos, ainda, que este Ministério encaminhou resposta à diligência do Ministério Público, referente à referida Representação nº 1.16.000.001323/2007-80, conforme cópia em anexo.

3. Colocamo-nos à sua disposição

Atenciosamente

Assina: Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva

Secretária da SEB

(Carimbo) Godiva de Vasconcelos Pinto

Chefe de Gabinete da SEB/MEC

JMS-OF.1366-07

1. Da importância dos Fatos

No Ofício 3409/DPE/SEB/MEC, 27/07/2007, página 1, consta (g.n):

“O Ministério da Educação distribui, aos Alunos das escolas públicas do ensino fundamental, livros didáticos que possam contribuir para o trabalho do professor dentro e fora de sala de aula. Muitas vezes, o livro didático é o principal, senão o único, material de consulta utilizado por professores e alunos das escolas públicas brasileiras”.

Portanto, fica definitivamente determinado por tais palavras que não estamos lidando com nada simplório e o montante de recursos públicos alocados nisso reafirma. O relevante no dito é servir de alerta de que qualquer erro ou desvirtuamento, mínimo que possa parecer, terão consequências terríveis. E, como não há nada que suscite dúvida quando à capacidade de aprendizagem matemática dos nossos educandos, os dados trágicos nisso, tipo os que são produzidos por todos os setores (SAEB, Prova Brasil /INEP e PISA) deixa os outros processos que se envolve nisso suspeitos. Inclusive esse citados.

De todos esses, o livro didáticos, até como foi dito, por ser muitas das vezes o único que comparece de fato, é o que adquire maior evidência por ter capacidade de influir tanto o educando como o docente. Mais cuidado exige por sabermos ser todo livro síntese de tudo que aconteceu de bom e ruim no processo de formação do(s) autor(es) e, como no caso, dos que avaliam-no.

2. Desvirtuamento da Diligência

O objetivo maior nesta fase é determinar os fatos e identificar claramente quem são os responsáveis, o que cada qual defende e em que graus isso acontece com cada um. Ocorre que no Ofício 3409/DPE/SEB/MEC, 27/07/2007, pág. 2, é dito que (g.n)

“Após triagem, as obras são encaminhadas para a avaliação pedagógica. Este processo é coordenado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação e realizado por meio do estabelecimento de convênio com universidades, segundo as áreas do conhecimento”.

Como não é possível se fazer avaliação pedagógica de livro didático sem que domine e estudo os conteúdos deste, fica nisso que a Secretaria Básica apenas coordena e quem realiza de fato são universidades contratada. No entanto, ao invés de identificar qual(is) universidade(s) é(são) responsável(is) por cada livro didático que consta no processo e essa por sua vez qual(is) especialista(s) de matemática subordina cada fato questionado, os quais deveriam produzir e assinar laudo no tocante a cada um dos fatos que aponte, a Secretaria simplesmente assume tudo quando órgão subordinado seu é o único quem assina - Jeanete Beauchamp, Diretora do Departamento de Políticas da Educação Infantil e Ensino Fundamental/SEB - o laudo em tela, portanto, trazendo para si toda responsabilidade.

Entretanto, é evidente que a existência do contrato, o que demandou dispêndio de recursos públicos, retira tal competência desta Secretaria, assim com de tudo interno do MEC, para órgãos externos. Isso torna mais uma vez obrigatório que fosse essa produtora de laudo no tema, até para não ficar caracterizado o crime de ter sido feita despesa pública com algo que o MEC tinha meios e competência interna de realizá-la.

Mais grave ainda. No documentos **GUIA DE LIVROS DIDÁTICO PNLD-2008, MATEMÁTICA/Séries/Anos Finais do Ensino Fundamental**, disponibilizado pela referida Secretaria de Educação Básica, a qual o Departamento em tela é subordinado, consta:

Equipe de Avaliação

Comissão Técnica: **João Bosco Pitombeira Fernandes de Carvalho**

Coordenação Institucional: **Adriano Pedrosa de Almeida**

Coordenação de Área: **Paulo Figueiredo Lima**

Coordenação Adjunta: **Mônica Cerbella Freire Mandarino e Verônica Gitirana Gomes Ferreira**

Pareceristas: **Airton Temístocles Gonçalves de Castro, Alciléa Augusto Ana, Teresa de Carvalho Correa de Oliveira, Aparecida Augusta da Silva, Cileda de Queiroz e Silva Coutinho, Dionísio Burak, Eliane Scheid Gazire, Elizabeth Belfort da Silva Moren, Flávia dos Santos Soares, Gilda de La Rocque Palis, Iole de Freitas Druck, Iranete Maria da Silva Lima, José Carlos Alves de Souza, Marcelo Câmara dos Santos, Maria Auxiliadora Vilela Paiva, Maria Gilvanise de Oliveira Pontes, Maria Imaculada Chao Cabanas, Maria Isabel Ramalho Ortigão, Maria Laura Magalhães Gomes, Maria Manuela Martins Soares David, Maria Terezinha Jesus Gaspar, Marilena Bittar, Mérciles Thadeu Moretti, Nora Olinda Cabrera Zuñiga, Miguel Chaquiam, Paula Moreira Baltar Bellemain, Rômulo Marinho do Rego Rosa, Lúcia Sverzut Baroni, Rute Elizabete de Souza Rosa Borba, Tânia Schmitt e Suely Miranda Cavalcante Bastos**

Instituição responsável pelo processo de avaliação: **Universidade Federal de Pernambuco**

Portanto, existe um grupo de especialistas nomeados, como indica a existência da Portaria Ministerial nº 816, de 23 de abril de 2003, os quais formam uma Comissão Técnica e que funciona como revisora e/ou sancionadora das avaliações dos conteúdos dos livros didáticos de matemática de cada ano que, repito, a Secretaria afirma ser de responsabilidade de universidade contratada.

Logo, são da estrita responsabilidade de tais membros de relativa Comissão Técnica tudo que o MEC precise demandar em qualquer outra instância em termos de conteúdo de matemática, já que paga suas consultorias para tal.

Assim, era imperioso para esclarecimentos dos fatos que a Secretaria, após escrever no ofício 3409/DPE/SEB/MEC, 27/07/2007, que **“As considerações que se seguem foram formuladas pela Comissão Técnica do PNLD, área de matemática”**, que identificasse cada especialista desta que aprovou/sancionou cada livro didático que foi questionado e deixar no laudo a assinatura de cada um destes nos fatos que lhe diz respeito. Por assim não proceder, sendo o laudo assinado apenas pela Diretora do Departamento de Políticas da Educação Infantil e Ensino Fundamental, fatos importante nesta diligência ficam acobertados por tal ação da Secretaria.

Pelo exposto, é fundamental que seja solicitado ao Presidente do FNDE que identifique qual universidade contratada é responsável por cada livro didático citado e que essa produza laudo nos casos apontados. Além disso, que ao Departamento de Política da Educação Infantil e Ensino Fundamental identifique cada membro da Comissão Técnica que revisou/sancionou tais livros citados e qual é responsável por cada trecho relativo ao questionamento dos conteúdos e que compõe o laudo do ofício 3409/DPE/SEB/MEC, 27/07/2007.

3 - O laudo do ofício 3409/DPE/SEB/MEC, 27/07/2007, apresenta sofismas, erros, incongruências e verdades terríveis, conforme aponto no que segue:

Na página 5 deste consta (g.n): *“No que se refere ao exercício da página 08 (recorte 1) da referida obras, é fundamental esclarecer que, para estabelecer o rigor matemático apregoado pelo autor da representação no tratamento da questão, seria necessário, para discutir os números naturais, apresentar os axiomas de Peano- matemático italiano, do século XIX - que caracterizam axiomáticamente os números naturais. A apresentação dos números naturais feita por Peano foi um marco na lógica matemática. Ela permite definir rigorosamente os números naturais, em termos extremamente abstratos. Tão abstrato que mesmo em alguns cursos universitários para futuros matemáticos, em instituições de ótimo nível e de bons bacharelados e boas licenciaturas, eles não são apresentados”.*

Já o que escrevi foi:

<p>LIVRO: TUDO É MATEMÁTICA, 8ª SÉRIE, DANTE, ED. ÁTICA (PNLD/FNDE/MEC, CÓD. 820011, TIPO: L)</p> <p>RECORTE 01 - QUEM SOUBER MERECE RECEBER TÍTULO DE GRADUAÇÃO EM MATEMÁTICA</p> <p>Página: 08.(grifos nossos)</p> <p>Exercício 1 - Em seu caderno, responda sim ou não. Quando a resposta for não, justifique-a.[...]</p> <p>e) Entre um número natural e seu sucessor existe sempre um outro número natural?</p> <p>Análise - Uma “lição” esdrúxula é exigir justificativa <i>apenas</i> quando achar ser a resposta Não. O básico do pensamento científico obriga isto em ambos os casos. Sendo que, em toda ciência, o justificar deve ser um discurso fundamentado, claro e elucidativo. E, quando sincera, a mais sublime de todas: “não sei”.</p> <p>Para quem não é da área, informo que um curso definitivo na graduação em matemática no Brasil é: Análise Real. Seu conteúdo, como não poderia deixar de ser, não é trivial. Tanto que, alguns cursos no Brasil, nem o tem de fato na sua grade curricular, e, em muitos destes, há apenas uma versão simplificada. Outro dado: mesmo em curso de especialização em matemática VENDIDO nas Universidades Públicas, não registro que conste tal conteúdo no seu programa. A razão é simples: se tiver, faltará comprador.</p> <p>Dos livros nacionais no tema, Análise I, do Prof. do IMPA Elon Lages Lima, editado pelo Projeto Euclides, www.sbm.org.br, por exemplo, dentre outros, é excelente. Para quem já entendeu tudo que consta nas 30 primeiras páginas deste, um exercício duro é justificar que não há número natural entre 0 e 1. Sendo, o proposto no livro para educando da 8ª série, consequência e não tão imediata deste, donde minha tese fica provada.</p>

Assim, o que escrevi é claro e cristalino para se deduzir que a única resposta que acho possível da pergunta **e) Entre um número natural e seu sucessor existe sempre um outro número natural?** é **NÃO** e que a forma que conheço de fundamentar isso exige um arcabouço matemático de tal ordem, o que a Comissão confirma, que acho até cabível graduar em matemática qualquer jovem da 8ª série que saiba precisá-la.

Do exposto, fica patente que o texto da Comissão é um sofisma. Pois, eu não apregoei que fosse exigida uma solução do problema mesmo que fosse necessário usar arsenais matemáticos de potência máxima, como os Axiomas de Peano. Pelo contrário, achei um absurdo que estivesse no livro como exercício obrigatório, já que no livro não consta quais destes o aluno não precisa fazer. E haver isso sem aviso prévio e função determinada, aprovar imediatamente de ano, por exemplo, acho um crime educacional.

A comissão com isso mergulha na mais profunda contradição, pois mesmo que eu estivesse procedendo assim, não estaria mais que apregoando, já que não tenho poder de impor nada ao sistema escolar, mas nem isso é o caso. No entanto, ao mesmo tempo que a Comissão diz que só isso já seria danoso, essa aprova livro didático que o coloca como exercício obrigatório e não se dispõe em delinear como um educando da 8ª poderia fazer isso só com o que lhe é próprio saber dentro do seu nível matemático. E o mais inconsequente: **tal fato torna legítimo ser cobrado tal resultado em qualquer avaliação, reprová-lo na 8ª série e em vestibulares, por exemplo, quando houver tal livro como referência bibliográfica.**

Disto ainda fica evidente que a Comissão para contestar logicamente, e lógica é saber básico para se entender matemática, tinha que provar que a resposta é sim e/ou que existe algum método matemático acessível para que um jovem da 8ª série possa delinear a resposta correta sem que extrapole o seu nível de desenvolvimento matemático, especialmente dentro do que defende Jean Piaget.

Mais grave ainda: na hora em que um professor público de matemática confessa que não sabe como um jovem do nível de 8ª pode matematicamente provar que entre um número natural e o seu sucessor não existe outro número natural sem que não se revele ser um gênio em matemática e essa se opõe achando que sabe como e que é simplório, era obrigatório que fizesse constar isso no laudo e publicar na página do FNDE informação tão valiosa, que é a função pública maior desta Comissão. Ou seja, a Comissão não cumpre sua função mais relevante, posto que deveria assim proceder não só com a minha pessoa, mas como todo docente público de matemática assim proceder. Tinha mais ainda: dispor de um processo de comunicação com todos nós.

Ainda na página 5 deste consta (g.n):

“Em relação ao suposto erro apresentado na página 28 do livro (recorte 2) é importante ressaltar a seguinte questão: o que é uma fração? A resposta depende do contexto, da época e do público a quem ela se dirige, uma vez que o termo fração está impregnado de vários significados. Cada um deles é válido em um certo contexto, com uma certa finalidade, para um certo público.

A chamada “Matemática escolar” envolve a transposição didática da matemática para o público composto por alunos e professores do ensino básico. Esse corpo da matemática escolar tem suas características próprias, nomenclaturas nem sempre usada pelos matemáticos profissionais, seus objetivos e métodos. Nessa matemática escolar, é plenamente justificável e recomendável não fazer distinção rígida entre fração (número racional, quociente de dois inteiros) e expressão fracionária aritmética ou algébrica. Como as “frações” em qualquer uma dessas acepções têm as mesmas propriedades operatórias, nenhum prejuízo resulta dessa identificação. Ao contrário, ela propicia que o aluno assimile, sem nenhuma surpresa, as expressões fracionárias aritméticas ou algébricas, ou seja sem dar-se conta disso, o aluno verifica que ele as conhece e saber operar com elas”.

Lembro que o meu questionamento é pelo fato do autor deixar entender no livro didático que aparecendo um traço com algo acima e abaixo deste, é uma Fração. Isto o leva em afirmar no texto que por ocorrer de $\sqrt{2} = \frac{\sqrt{2}}{1}$, por exemplo, $\sqrt{2}$ é fração. No entanto, a Comissão de Matemática vai muita além disso quando faz o questionamento o que é uma fração? Essa agora está dizendo que não conhece ou aceita haver uma definição precisa e objetiva, do ponto de vista matemático, do que venha ser Fração para ser aplicada no ensino fundamental.

Uma vez que tal Comissão assume a posição do que há de mais substancial para todo o ensino da matemática, ao fazer tal questionamento e tais dos comentários, afirma categoricamente desconhecer uma definição de Fração que deva ser tratada por todos no ensino fundamental. E, quando tal referência maior não sabe disso, não fica possível que os demais do sistema escolar conheça. No entanto, sendo fração um tema crucial no ensino fundamental, não deixa de ser horrorizante tudo que acontece em torno do tema.

Todos nós sabemos que a palavra fração fica bem posta em frases, tais como: “um livro didático de qualidade reles destrói fração de máxima importância da racionalidade de quem ler uma página sua sequer”. Mas não são tais sentidos informais o cerne aqui, mas sim o que venha ser matematicamente sistematizado, que é a função primeira do livro didático. E quem diz ser obrigatório que assim aconteça, é a própria Comissão na pág. 14 do Guia do Livro Didático/matemática, ftp.fn.de.gov.br/web/livro_didatico/guias_pnld_2008_matematica.pdf, onde consta (g.n): **“Nesse contexto, convém lembrar que as competências não se realizam no vazio e sim por meio de saberes de diversos tipos, dos mais informais aos mais sistematizados, estes últimos a serem construídos na escola”**.

Como não há nada mais vazio em matemática do que uma definição que ninguém diz claramente como deve ser, é a própria Comissão Técnica quem diz que tenho razão quando exijo que isso seja preciso no livro didático, que é o maior suporte, se não o único, que a escola dispõe para fazer isso. Inclusive este é um dos maiores fatores justificador para que o MEC gaste cifras de bilhões de reais dos recursos da educação na sua viabilidade.

Parte disto é precisamente com pró-labore para que tal Comissão produza tais materiais, como o Guia. E, tudo que já expus foi por considerar que tais documentos são de seriedade pública. Entretanto, neste laudo a Comissão nem sequer defende haver uma definição conseqüente de Fração que deva ser seguida por todos do ensino fundamental, sendo esse um conteúdo determinante na formação das racionalidades em que insere matemática em toda vida escolar.

Dado que, ao deixar claro que não aceita e que nem deva haver, quando diz que **“é plenamente justificável e recomendável não fazer distinção rígida entre fração (número racional, quociente de dois inteiros) e expressão fracionária aritmética ou algébrica”**, a Comissão mergulha o conteúdo Fração numa panacéia de complexidade que fica impossível de ser abordada no ensino fundamental. Novamente contraditório, pois é essa mesma quem diz, pág. 5 do laudo, *“um livro para 8ª série se destina a alunos de aproximadamente 13 ou 14 anos de idade. As pesquisas de Jean Piaget, cuja obra seminal marcou definitivamente a compreensão de como desenvolve a cognição de crianças e adolescentes, mostram que nessa idade o adolescente ainda não atingiu o estágio que lhe permite a compreensão das construções lógicas abstratas das demonstrações matemática.”*. O que sei é ser impossível qualquer aprendizagem se houver abstracionismo na definição.

O que diz tal Comissão ser justificável é acintoso, já que Fração (número racional, quociente de dois inteiros), Expressão Fracionária Aritmética e Fração Algébrica são conceitos distintos e haver algum operatório em comum não os tornam o mesmo. E, faz da educação um lamaçal inconseqüente quando diz **“ou seja sem dar-se conta disso, o aluno verifica que ele as conhece e saber operar com elas”**. Isto não é educar, dado ser preceito basilar desta capacitar para o uso consciente de cada conceito, formar uma pessoa autônoma, que se baseie na razão como fator preponderante nas suas ações e que expresse dignidade. **O dito é uma visão canhestra da pessoa humana, pois transforma com tal método o educando num ser socialmente adestrável, manipulador, manipulável e capaz de agir irracionalmente.** Fazendo com que esse seja mais afeito no arregimentar de inqualificáveis que apoiaram suas ações; *tornando-o capaz até de um dia assinar laudo que desmente tudo que deveria defender.*

Fica tudo mais impropriedade pelo fato do próprio autor do livro didático, Luiz Dantes, na pág. 10 do documento que esse disponibiliza para propaganda em www.aticaeducacional.com.br/htdocs/Complementos/contexto_aplic/pdf/mca.pdf, o seguinte texto(g.n): **“Por outro lado, a Matemática tem características próprias, tem uma beleza intrínseca que deve ser ressaltada na importância dos conceitos”**

Portanto, é o próprio autor do livro didático quem defende, e concordo, que os conceitos são de extrema relevância na matemática. No entanto, foi ele quem fez uma “concepção” de Fração, um fato essencial da matemática e em livro texto comprado pelo MEC, pela qual chegamos neste ponto sem que se tenha objetivamente uma conclusão razoável.

A comissão quando diz *“Esse corpo da matemática escolar tem suas características próprias, nomenclaturas nem sempre usada pelos matemáticos profissionais, seus objetivos e métodos”*, afirma que a matemática que acontece no curso superior, onde me situo, é uma e a do mundo escolar é outra completamente diferente, donde seria essa a raiz de toda questão. Isto tem conseqüências pavorosas, tais como:

☐Tendo consciência desta diferença e sendo Comissão pública, tem por obrigação, e já deveria ter feito, publicar todo corpo que acham ser da matemática escolar. Especificando tudo que lhe é próprio, suas definições, características, nomenclaturas, objetivos, métodos, etc.

☐Uma vez sabedora, a Comissão sempre esteve na obrigação, e nada indica que fez, de levar tudo ao conhecimento do MEC;

☐O MEC tinha por obrigação - como docente público federal nunca fui oficialmente informado, pelo MEC ou tal Comissão - levar tudo ao imediato conhecimento público e determinar aos centros de formação de docente em matemática para que seguisse isso na mais estrita observância, posto que não podemos formar em nível superior com um tipo de matemática e esse precisar no mundo escolar de outra;

☐A comissão afirma que os jovens que aprenderam tal matemática escolar e depois queiram profissionalizar-se na área de matemática, precisará desconsiderar, esquecer e invalidar alguns, se não todos, procedimentos que lhes foram ensinados.

Isto forma um quadro aterrorizante quando se sabe que tudo o que estamos chamando de desenvolvimento científico e tecnológico depende desesperadamente da qualidade do ensino da matemática. Como a Comissão diz ser, estamos e continuaremos eternamente buscando o que não temos a menor possibilidade de alcançar. Não é questão pessoal, é de Estado. São os fundamentos básicos que o ensino da matemática precisa subsidiar à Nação que estão faltando e Comissão Pública diz saber, sonega e não cumpre o seu papel mais urgente junto ao MEC.

Havemos de convir! É inaceitável que educado de uma Nação esteja submetido a um ensino da matemática que revela viés tão grotescos. Nada disso é civilizado e o nosso instrumento democrático civilizador, a Lei, precisa mostrar seu potencial mais forte para, pelo menos tentar, corrigir isso.

Pelo exposto, solicito a este Ministério Público que:

1) intime a Comissão Técnica em apresentar imediatamente todo corpo que acha ser da matemática escolar. Especificando tudo que lhe é próprio, nível por nível escolar, suas definições, características, nomenclaturas, objetivos, métodos, etc.

2) Que o MEC encaminhe essa documentação para todos os centros de formação em matemática, dando prazo urgente para contestações. Depois de sistematizado enviá-lo para ser seguido; reprovar todo livro didático que não se ajuste; descredenciar curso privado que desobedecer e abrindo processo de demissão de quem for de universidade pública e recuse.

Na página 6 deste consta (g.n): “No que se refere aos textos relativos à Coleção “Aprendendo Matemática” de **José Ruy Giovanni e Eduardo Parente** - 6ª série, ressaltamos que não há nada de errado nos textos. Os trechos citados nada de de “personalizações” e, muitos menos, são “imbecilizadores”. São textos simples, de matemática escolar, sobre conceitos conhecidos. A única restrição que pode ser feita é que utilizam a designação numeral considerada desaconselhável, mas que não se caracteriza como erros e nem pode, portanto, ser critério de exclusão da coleção do Programa Nacional do Livro Didático.”

O que escrevi no tocante a tais autores foi:

Assim como, só agora percebo qual o sentido de alguns trechos que já li, tais como (g.n):

COLEÇÃO APRENDENDO MATEMÁTICA: NOVO, **José Ruy Giovanni & Eduardo Parente**, 7ª série, 1999, FTD. Pág. 11 - O conjunto de todos os números que **PODEM** ser representados por frações é o conjunto dos números racionais.

Sendo que, os mistérios sempre foram: como, ao invés do pomposo “PODEM”, não escreveram “SÃO”? Como fizeram tanta fraqueza agora quando no livro da série anterior escreveram:

COLEÇÃO APRENDENDO MATEMÁTICA: NOVO, **José Ruy Giovanni & Eduardo Parente**, 6ª série, 1999, FTD, Pág. 10 - Para representar certos “pedaços” do “inteiro”, usamos os **números fracionários**, representados por numerais do tipo $\frac{a}{b}$, sendo a e b números naturais e $b \neq 0$.

Esses numerais SÃO chamados frações e expressam quantidades. Na **FRAÇÃO** $\frac{a}{b}$, temos:

- o número b ($b \neq 0$) que indica quantas partes iguais o inteiro foi repartido e é chamado de denominador
- o número a que indica quantas dessas partes iguais foram consideradas e é chamado de numerador.

Portanto, a Comissão erra na leitura do que escrevi, pois não foi diretamente para esses aos quais dirigi tais opiniões. Pelo contrário, os citei em maior valia por expressarem em livro didático uma definição precisa e correta de Fração. A citação acima feita pela Comissão Técnica de Matemática, a fiz mais diretamente para esta, posto que **ao aprovar livro didático que não concebe uma definição precisa para Fração, está veladamente ameaçando autores que não se coadunarem com tal “percepção” de Fração de serem reprovados.** É nisso que se insere a a minha crítica aos autores acima.

Agora fica relevante saber do quadro da evolução do número de obras de Matemática de 5ª a 8ª séries inscritas para o PNLD nas tais avaliações, que é o seguinte:

Tabela 1 — Números de obras inscritas no PNLD por ano

Situação	Ano			
	1999	2002	2005	2008
Avaliadas	72	68	116	112
Aprovadas	38	52	92	64
Não Aprovadas	34	16	24	48

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldmat07.pdf>

Por isso fica mais relevante ainda o que já solicitei e reforço agora: **que o MEC seja obrigado em publicar a relação de todos os livros didáticos reprovados em tais avaliações e todos os fundamentos que tiveram para isso.**

O requerido fica mais necessário por carecer ser feito um estudo de caso e produzir alguma inferência na seguinte contradição: **há indicativo de escolas particulares que adotam livro didático reprovado por tal Comissão e, por outro lado, há dados indicando um melhor aproveitamento em matemática por educandos deste setor.**

Ainda na página 6 deste consta (g.n): “No que se refere à página 36, do livro da 6ª série (recorte 3), onde o autor da representação critica o fato de o livro atribuir a Euclides a demonstração da irracionalidade de $\sqrt{2}$, é importante esclarecer que quando se afirma, por exemplo, que Euclides provou a irracionalidade de $\sqrt{2}$, não se está afirmando que ele foi o primeiro a fazê-lo. É comum, em matemática, um mesmo teorema ter várias demonstrações. Por exemplo, são conhecidas mais de duzentas demonstrações do teorema de Pitágoras. O que se está afirmando simplesmente é que nos Elementos de Euclides encontra-se uma demonstração da irracionalidade de $\sqrt{2}$ usando “redução ao Absurdo”.

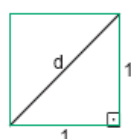
Não se sabe quando e como este fato foi demonstrado pela primeira vez. Existem várias tentativas feitas por historiadores da Matemática, para reconstruir o que teria sido essa demonstração. A demonstração usando redução ao absurdo é atribuída aos pitagóricos devido a uma referência feita por Aristóteles, uns duzentos anos depois, afirmando que eles haviam feito a demonstração usando as propriedades dos pares e ímpares.

A afirmativa feita pelo autor da representação de que Hipasus de Metapontum foi assassinado por ter demonstrado a irracionalidade de $\sqrt{2}$ é totalmente desprovida de fundamentação histórica. Trata-se de uma lenda que envolve o albor da matemática, como muitas outras relativa a Tales, Pitágoras e outros matemática gregos.

Não foi possível relacionar comentários sobre o assassinato por motivação científica com o comentários que o autor da representação faz sobre a capa do livro. Em verdade, em algumas das versões da lenda, **Hipassus foi punido pelos deuses, morrendo em um naufrágio, em outras, foi expulso da comunidade**”.

Agora mais contradições afloram. Pois, vejamos o que diz o próprio autor Dante na pág. 14 em www.aticaeducacional.com.br/htdocs/Complementos/contexto_aplic/pdf/mca.pdf

- utilizar a história da Matemática como um excelente recurso didático. Comparar a Matemática de diferentes períodos da História ou de diferentes culturas; por exemplo, pode-se contar o episódio no qual os pitagóricos só conheciam os números racionais e acreditavam apenas na existência dos segmentos comensuráveis (um pode ser medido pelo outro e a medida é um número racional). Ao medir a diagonal do quadrado de lado igual a uma unidade, usando este lado como unidade de medida, surgem os números irracionais ($\sqrt{2}$, no caso) e os segmentos incommensuráveis.



$$d^2 = 1^2 + 1^2 = 2$$

$$d = \sqrt{2}$$

O lado do quadrado e a diagonal desse quadrado são segmentos incommensuráveis.

É espantoso quando mais uma vez é o autor quem contradiz tudo que disse a Comissão Técnica. Nem “lenda” o autor diz, mas História. Além disso, só alguém dos tempos aristotélicos acha ser possível haver fundamento em contrapor-se algo com o fato de que alguém foi “punidos pelos deuses”. Pois, a menos que seja para provocar deliberadamente, é impossível nos dias atuais citar tal coisa em qualquer aula de matemática sem que ninguém solte uma sonora gargalhada.

Estamos assim antes as seguintes contradições:

a) pelo que escreve a Comissão, fica objetivamente posto que não é o conteúdo do livro que defende no exposto, pois é o próprio autor quem não corrobora. **Poderia tal Comissão ser mais diligente em qualquer outra coisa do que nos conteúdos dos livros didáticos?**

b) Tudo que constou nisso no livro didático, recorte 3 da nossa pesquisa, foi

Página -36 : **Euclides de Alexandria (século III a. C), usando um tipo de raciocínio denominado "redução ao absurdo", provou que $\sqrt{2}$ não é um número racional.**

No entanto, o próprio autor reconhece que é um fato mais amplo e que quanto mais expandindo e detalhado for o conteúdo melhor aprendizagem ocorrerá, e concordamos. **Por que esse não fez no livro didático, como já lembrado pela Comissão, que é muitas das vezes o único referencial para muitos dos nossos educandos? Quais foram os fatos que o impediu de fazer no livro didático? Quais outros fatos da matemática que ajudariam na aprendizagem que o autor sabe ser relevante e não fez constar no livro? Como a Comissão Técnica não percebeu nada disso antes de aprovar o livro didático? Quais são todos que a Comissão não detectou?**

c) No Parâmetros Curriculares Nacionais/Matemática - 5ª a 8ª série, 1998, em vigor, editado pelo MEC, no qual pelo menos um membro da Comissão Técnica, João Bosco Pitombeira F. de Carvalho, aparece entre os consultores que há na sua pág. 147, consta o seguinte texto na página 80:

"A História da Matemática pode ser também um fonte de interesse para os jovens na medida em que permite reflexões sobre acasos, coincidências e convergências do espírito humano na construção do conhecimento acumulado pela humanidade. Não obstante os casos de rivalidade, ocultamentos e até mesquinha, o conhecimento se constitui soberanamente. Uma história pode levar à reflexão sobre relações entre os homens e sobre indelével teias que conspiram a favor do avanço do conhecimento humano - quem sabe a favor dos próprios homens".

Nada mais fiz ao rememorar **Hipásus de Metaponto** do que exemplificar um caso histórico disso. E por uma razão fundamental: **o educado precisa saber que toda vez que se junta, e não só em matemática, um quantitativo de pessoas, sempre haverá gente boa e traste.** Conhecer alguns momentos em que tais trastes agiram, e não só os bons, irá ajudá-lo quanto estiver na sua vida social, se quiser, evitar se envolver com corrupções; ter de assistir calado, como docente de universidade pública (UFPA/Física/2007), sujeito que ele sabe que fraudou o conceito agora canta o Hino Nacional em Cerimônia de Colação de Grau, se formando, etc. Por falta disso é que absurdos se revelam: **jovens saem da escola, como aconteceu aqui em Belém-Pa, vão acessar internet numa Lan House e são mortos, vítimas que foram, de predador que age na internet.**

Ainda na página 7 deste consta (g.n): *"O referido professor questiona o fato de que na página 79 é perguntado aos alunos se dois círculos são sempre semelhantes. Ao nosso ver, trata-se de um bom exemplo de desafio aos alunos. Nada mais interessante, após apresentar a definição da página 77, que lida com figuras poligonais, apresentar aos alunos um caso em que a definição tem que ser generalizada. Isso provoca, como afirma Piaget, um "desequilíbrio cognitivo", que permitirá o crescimento cognitivo do aluno, com a incorporação da nova situação, levando-o a um acomodação cognitiva em nível mais alto. Essa estratégia é comumente usada em todas as boas obras de Matemática e deve ser incentivada. Na página 179, há mais exemplo da mesma estratégia, citado pelo professor".*

O que questionei foi a seguinte seqüência de um fato para outro no livro ditático

Página: 77. Definição: **FIGURAS SEMELHANTES** - Os ângulos correspondentes têm a mesma medida e os lados correspondentes têm medidas proporcionais.

Página: 79. Sem mais nem menos, é jogado o seguinte exercício para o educando:

c) DOIS CÍRCULOS SÃO SEMPRE SEMELHANTES?

Note que a definição de semelhança exige ter lados e ângulos, os que são formados por eles. Quais são os lados de um círculo? Não é simplória a razão pela qual dois círculos quaisquer são semelhantes. Como mesmo é dito no laudo da Comissão, ocorre por uma generalização da definição e, afirmo, profundamente difícil.

No entanto, foi a própria Comissão quem antes disse o seguinte: *“um livro para 8ª série se destina a alunos de aproximadamente 13 ou 14 anos de idade. As pesquisas de Jean Piaget, cuja obra seminal marcou definitivamente a compreensão de como desenvolve a cognição de crianças e adolescentes, mostram que nessa idade o adolescente ainda não atingiu o estágio que lhe permite a compreensão das construções lógicas abstratas das demonstrações matemática.”*

Isso comprova que a Comissão não tem sequer uma visão equilibrada do público ao qual o livro didático se destina; *em um instante acha-os de pouco desenvolvimento cognitivo e noutro que são extremamente sagazes*. O que torna tudo desesperador, já que essa reconhece ao dizer **“Isso provoca, como afirma Piaget, um “desequilíbrio cognitivo”,** existir pontos no livro didático que provoca desequilíbrio cognitivo. Mais ainda, reforça ser tais pontos abundantes quando diz **“Essa estratégia é comumente usada em todas as boas obras de Matemática e deve ser incentivada. Na página 179, há mais exemplo da mesma estratégia, citado pelo professor”**.

Não é segredo para ninguém que fazer uma construção cognitiva equilibrada de um conceito não é uma tarefa simples e menos ainda provocar desequilíbrio nisso porque é deste lado onde nascem as vertentes de tudo de ruim que um ser humano possa expressar. Pior, como de *“boas obras de matemática”* a Comissão só pode adjetivar as que aprova, induz com o *“deve ser incentivada”* que essa tende em não aprovar as que assim não procedam. E, mais uma vez, **só um estudo em todas que já foram reprovadas poderá oferecer alguma informação mais segura no caso.**

Ainda na página 7 deste consta (g.n): *“Em relação aos comentários do professor sobre o texto da página 103, consideramos que usar gíria (idéia manjada) em um enunciado dirigido aos alunos não configura desrespeito a Tales”*.

Isto é da mais absoluta incongruência, pois foi a Diretora do Departamento de Políticas Públicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental quem gastou 3 (três) páginas do laudo/ofício nº 3409 /DPE/SEB/MEC, 27/06/2007, para argumentar que são ciosos, diligentes, exigentes ao extremo e cuidadosos ao máximo com o livro que vão oferecer ao educando. Chega ao requinte de detalhes como este que há na página 4: **“2. o desenho e tamanho da letra, bem como o espaço entre letras, palavras e linhas, atendam a critérios de legibilidade e também ao nível de escolarização a que o livro se destina.**

Entretanto, a mesma funcionária pública que assina e tem por obrigação fazer respeitar e zelar por tais preceitos de qualidade, agora se dispõe em defender que deva constar gíria em livro didático, quando usar gíria é inaceitável em qualquer processo civilizado de comunicação, pernicioso numa simples aula e em qualquer processo oficial denota marginalidade. Considerar que não configura desrespeito algum, acho, é deparar-se com o escatológico educacional e ainda ficar sorrindo.

Tal atitude é incompatível com o exercício do cargo desta, até pelo o Infantil que há na designação deste, donde fica solicitado que este Ministério Público diligencie no sentido de que essa seja demitida do cargo de Diretora do Departamento de Políticas Públicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental e reforçado fica o pedido para que tal livro didático seja excluído imediatamente do PNLD.

Mais grave ainda. Ante o fato de ter gíria não ser motivo para desqualificar livro didático, pois assim aprovaram, defende ser correto e faz o MEC comprar para rede pública, indicam, valendo-se da melhor hipótese, que os reprovados por tal processo de avaliação do MEC ocorreu por estarem eivados das maiores aberrações. Portanto, **mais urgente se torna que o MEC publique a relação de todas tais propostas de livros didáticos reprovados e que aponte todos essas insanidades, as que deixam denotar haver, e que motivou sua reprovação. Posto que assim sendo, devem ser mantidos longe de qualquer processo educacional, que público ou privado.**

Ainda na página 7 deste consta(g.n): *“No que se refere aos comentários feitos em relação ao problema da página 128 (recorte 7), consideramos que a situação real de três trechos de uma estrada que formam, em um mapa ou uma planta topográfica, um triângulo retângulo é um modelo matemático perfeitamente aceitável para a situação em pauta. O modelo usado no livro é muito bem apropriado para estudar matematicamente, a situação. Não se trata de afirmar que o carro virou 90° à esquerda, mas que após fazer a curva, pela estrada, sua direção é perpendicular à direção que tinha anteriormente”.*

O que questionei foi o seguinte texto:

Página: 128. Consta o seguinte texto: **Um carro andou 9 km em linha reta de B até A. A seguir virou 90° à esquerda e andou mais 10 km em linha reta de A até C. Qual é o ângulo que o carro deve girar, à esquerda, para voltar à estrada que liga C e B?**

E, nada disse que indicasse haver matemática errada. Pelo contrário, disse que forçaram o texto exatamente para que resultasse matematicamente possível. Ou seja, se preocuparam apenas com a matemática plausível e destruíram fatores educacionais da máxima relevância. E o que disse foi supondo que o aluno não é um analfabeto funcional, donde lerá onde consta “A seguir virou 90° à esquerda” exatamente como consta inscrito e não é um vidente que o faça entender isso como defende o laudo.

O que argumentei tem por base os rudimentos de Psicologia da Aprendizagem obtidos no curso de graduação, pelo qual a leitura de qualquer coisa só é possível se antes o escrito adentre nos seus processos psicológicos. Que “virar 90° à esquerda” não sairá de forma consciente de nenhum deles, acredito plenamente, vão até ri lendo isso. Embora, como disseram, sejam jovens ainda, de 13 para 14 anos, não temos garantias de que tal coisa se esvairá pelo esquecimento. Menos ainda, por ser exatamente componente fundamental da educação capacitá-los em não deixar que o esquecimento seja tão poderoso.

No entanto, depois do equivalente a algo como cinco (5) cervejas, o que menos podemos esperar é que este use o que conscientemente ficou. É agora que até do que ele riu e que foi inconscientemente introduzido quem irá transparecer maravilha da racionalidade humana. É agora que “virar 90° à esquerda” é algo possível, simples e fácil. Tão inofensivo que por isso colocará a sua vida e de outras pessoas em risco. Os dados da nossa trágica estatística de acidente automotivo não deixa que eu ache tal sequência um simples exercício de fantasia.

Torna-se ainda relevante no caso as seguintes palavras: *“Além disso, convém observar que as contextualizações artificiais, em que a situação apresentada é apenas um pretexto para a obtenção de dados numéricos usados em operações matemáticas, são ineficazes. Também não são desejáveis as contextualizações pretensamente baseadas no cotidiano, mas com aspectos totalmente irreais”.* E quem as diz é a própria Comissão de matemática do MEC em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Avalmat/pnldmat07.pdf>

De fato, tinha que fazer parte da qualificação do livro didático nunca sequer deixar possível tal sequência trágica. Nessa hora é preferível gastar-se um pouco mais de tinta e papel para fazer, como disseram no laudo saberem, o que corretamente deveria constar. Portanto, esse é um motivo a mais para que tal livro seja excluído do PNLD.

Ainda na página 7 deste consta(g.n): Das tiras com conteúdo em inglês

“Sobre as três tiras de história em quadrinhos (HQ), (recorte 8), que se encontram no livro em questão, consideramos que estas caracterizam um excelente exemplo de interdisciplinaridade entre a matemática e área de linguagem, seu códigos e suas tecnologias enfatizadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais. As HQ são uma linguagem universal e atraente aos jovens e que se impuseram como uma forma de arte. Usá-las para mostrar como se escreve e se usa matemática em outra língua é uma boa estratégia de ensino. Não se trata de desrespeito ao idioma pátrio e não se caracteriza como atentado à soberania nacional. Não se trata ainda de uma posição ideológica em favor da dominação do nosso ensino por outra língua e outra cultura. Seria ótimo, por exemplo, se obras didáticas mostrassem uma mesma página dos Elementos de Euclides no original grego e em várias línguas modernas, ou ainda, mostrassem as diferenças que existem entre leitura e escrita dos números e entre os algoritmos das operações fundamentais em várias culturas escolares.

Não se trata, em absoluto, de violação de preceito de que o ensino fundamental, regular será ministrado em Língua Portuguesa. Os exemplos citados permitem discutir grandezas e medidas, devido à referências a galões (gaillons), polegadas (inches) e vários outras possibilidades de exploração dessas tiras de HQ”.

Quase nada do dito tem de fundamento, pois o questionado foi haver tiras em língua inglesa contendo, como mostrei na página 7 aqui, fatos matemáticos essenciais até para ingresso em universidades. Em nenhum momento achei que não deveria usar HQ e nem que essa não seja um recurso didático, posto que acho válida.

O essencial era que a Comissão ao dizer que “Seria ótimo, por exemplo, se obras didáticas mostrassem uma mesma página dos Elementos de Euclides no original grego e em várias línguas modernas”, tivesse acrescentado que uma de tais cópias tinha que ser obrigatoriamente em Língua Portuguesa, para que mostrasse que conhece e/ou acha que ser obrigados obedecer a nossa Constituição, quando no Capítlo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Seção I Da Educação, Art. 210, textualmente o seguinte: “§2º- **O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.**”

Deixa patente que isso não obriga ao dizer no laudo “*Não se trata, em absoluto, de violação de preceito de que o ensino fundamental, regular será ministrado em Língua Portuguesa.*”, mas não apresentam prova, nem são competente para isso. Cabe ao setor jurídico do MEC expedir parecer para esclarecer se Livro Didático faz ou não parte do ensino regular. Pois, por exemplo, se não é obrigatório pode ser de interesse comercial e mercadológico de algum grupo que atua ou venha atuar no ensino no Brasil adotar livro de matemática tal qual de escola americana, por exemplo, já que o diferencial de programa é mínimo, e fazer de fato o interdisciplinar como se diz no laudo ser necessário haver, posto que o educando deste estuda língua inglesa desde das série iniciais e o inglês em tais obras mínimo, por ser assunto técnico e universal.

No caso da nossa rede pública, para que fosse um exemplo prestável teria que haver a mesma tira em língua portuguesa com as medidas adaptadas para as nossas usuais, e no, mínimo, para não haver privilégio cultural, em duas outras línguas como as medidas de tais países, assim como um quadro de equivalências de todas as medidas envolvidas.

Assim, a Comissão cai em falsidade quando diz: “*Os exemplos citados permitem discutir grandezas e medidas, devido à referências a galões (gaillons), polegadas (inches) e vários outras possibilidades de exploração dessas tiras de HQ*”. Isto só seria possível se tivesse sido claramente explicitado, e o livro didático não fez, qual é a relação que há, por exemplo, entre o galão(gallion) americano, isso se não for da Inglaterra, e as nossas medidas usais.

O mais grave é que tal fato já era do conhecimento da Diretora do Departamento de Políticas Públicas da Educação Infantil e Ensino Fundamental desde 02/07/2007, conforme ofício nº 381/2007-DIRAE/FNDE, assinado pelo Diretor de Ações Educacionais, Rafael Torino, que veio junto ao ofício nº 3409 /DPE/SEB/MEC, 27/06/2007, sem que, no entanto, tenha-se providenciado uma tradução de tais tiras e fizesse constar na página do FNDE com uma tabela de equivalência das medidas gailion e inches, exigindo ainda que explicasse se tais medidas são dos Estados Unidos ou da Inglaterra, posto que nisso pode haver diferença.

O mais inacreditável, se isso ainda é possível depois de tudo que constatei, é o seguinte trecho que consta na pág. 2 do ofício nº 381/2007-DIRAE/FNDE e repetido exaustivamente em outros documentos do FNDE:

“ 2.1 Critérios de Avaliação das obras

São sumariamente eliminados as coleções que não observam os seguintes critérios:

[...] (iii) observância aos preceitos legais e jurídicos.

A não observância de qualquer um desses critérios, por parte de qualquer um livros didático, resulta em uma proposta contrária aos objetivos a que ele deveria servir, o que justifica, ipso facto, a sua exclusão do PNLD.

Tendo em vista preservar a unidade e a articulação didática-pedagógica entre os volumes que integram uma coleção, é excluída toda coleção que tiver um ou mais volumes excluídos no processo de avaliação” .

De fato, é um caso de pura escatologia deixar que um livro didático que não cumpra alguma lei chegue aos educando, posto ser essa a essência pela qual se constrói uma Nação de fato. Portanto, antes de quaisquer outros fatos, prevalece o exame rigoroso, folha por folha, parágrafo por parágrafo, se o livro didático proposto não trás algum coisa que desobedeça alguma lei vigente.

Nisso, embora não exista hierarquia nas leis, já que todas são igualmente importantes, há algumas das quais se esperaria receber um pouco mais de atenção, não por má índole em relação as outras, mas por ser da base da cidadania de quem escreveu e de quem examina. **Como é o caso, por exemplo, da Lei n.º 5.700, de 1º de setembro de 1971, a qual determina quais são as dimensões específicas para a confecção da Bandeira Nacional.**

Entretanto, na página 03 deste e no que ali segue, mostro que livro didático aprovado por tal avaliação e Comissão Técnica, comprado e distribuído para rede publica de ensino pelo MEC, **não cumpre essa lei fundamental. E o mais grave: não se dispõe em cumpri-la.** Pois, conforme reproduzo mensagem eletrônica abaixo, dei ciência aos responsáveis imediatos em fazer obedecê-la no MEC, desde de 07/2007, e não há nenhuma notícia de que tal livro didático, de fato toda coleção como diz o laudo que tem que ser, tenha sido eliminado do PNLD/Ensino Médio. Posto que um dos meus filhos estava fazendo o 2º ano do Ensino Médio em escola pública, NPI/UFGA, usando tal livro didático e nenhuma ordem de recolhimento da parte do MEC chegou.

26-07-2007	ChefiaGm@mec.gov.br	lida: Livro didático/matемática/MEC ensina errado quais são as dimensões da Bandeira Nacional
30-07-2007	CAC@fnde.gov.br	lida: RES: PNLD/BADEIRA DO BRASIL Prezado(a) Senhor(a), Em resposta ao e-mail recebido, informamos que seu questionamento continua com área responsável para verificação. Solicitamos que aguarde.

Pelo exposto, reintero que este Ministério Público promova ação no sentido de recolher de imediato, pelo menos, tal livro que foi identificado, determinar quais foram todos os responsáveis por esse ato infame e que a editora, no mínimo, reponha todos os livros didáticos devidamente corrigidos nas nossas escolas públicas e promova um processo de troca de tais exemplares de todo que já o adquiriu.

4. O EPÍLOGO DE TUDO

Na pág. 6 do laudo consta(g.n): **Os comentários feitos pelo autor da representação referente ao texto da página 88 deste mesmo livro ("Triângulos são polígono. Desse modo, o que estudamos para polígono vale para triângulo") não se relacionam como o texto citado, uma vez que o texto está correto e trata-se de exemplo de um situação já estudada por Aristóteles.**

De fato, só bastava que dissesse isso no laudo. Ou seja, que a sequência didática que ficou no texto segue tal qual o que havia nos tempos aristotélicos. No qual a escola, no geral, não diferia em nada das atuais madraças que ainda encontramos em alguns pontos da terra. Nesta o aluno é um ser desprovido de razão, manipulável e todo o aprendizado se resume no "sem dar-se conta disso". Ele nunca, mas quase toda humanidade sente, mortifica-se até, ante os seus "aprendizados".

Caracteriza-se o ensino da matemática de tal época, tal como já mostrei antes, por nem sequer saber uma definição objetiva de fração, não se sabe fundamentar o que venha ser número não racional e dito verdade ser, que o educando cuide de repetir isso indefinidamente, se não quiser ser expurgado, morto até. Razão, até por não saber, não era dita e perguntar era ofensivo.

Seus métodos se embasava de um sigilo imoral e vergonhoso. Explicar publicamente o que achava ser correto o educando fazer em cada quesito era a mais pura heresia. Tal qual hoje. **O MEC aplica avaliação em matemática em todo País, Prova Brasil e Saeb, mas ninguém pode sequer saber de tais provas. Procure no site das principais universidade públicas e veja se logo a após o término publicaram as provas e resoluções do quesito que acham ser correta.** Alguns fazem, mas em muitas delas, só depois que o educando tão tem mais direito recorrer e até haverem tomado para si algumas soluções brilhantes que o educando fez na prova ou a que pré-vestibular fez até como propaganda de si na internet.

Por exemplo, após o vestibular da UFRGS, jan/2008, como procurei na sua página e nada encontrei da prova de matemática e da resolução que achavam ter cada quesito, pedi via e-mail. E, a resposta foi: *"Estas provas não serão disponibilizadas na internet. As provas do Vestibular 2008, estarão disponíveis para aquisição junto a COPERSE a partir do dia 10/03/2008, coperse@coperse.ufrgs.br"*. Assim, não bastou para uma universidade pública o que já faturou com taxa, vai deixar quem não sabia sem aprender e ainda faturar mais.

Para outros é até importante que fiquem sem saber, para tornar possível reprová-los da próxima vez e até com o mesmo quesito ou similar, já que exige menos trabalho para fazer, pensar cansa e muitos nem sabe mesmo o que seja isso, pois nunca ensinaram-no. A quem interessar saber há muitos amigos destes de plantão, Pré-vestibular, que explicará tudo como esses acham ser que é certo, adivinham até em alguns casos, explorando o educando que até já pagou para a universidade pública lhe ensinar e essa recusa-se.

Que visitar tais cavernas pode suscitar reflexões de interesse dos nossos educandos, defendo. Que esses fiquem prisioneiros nisso, jamais. No entanto, quando docente de matemática de universidade pública nossa assiste milhares de jovens serem reprovados em vestibulares com quesito, na prova dita de matemática, errado e fica calado ante haver necessidade dos seus amigos de reprovar milhares deles, dado que ganhou milhares de taxas desses e não tem vaga para mais do que um décimo deles, alguma vez esse saiu de tal caverna?

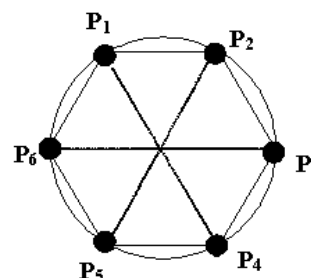
Quando se dispõe em assinar, mesmo sendo prof. Dr. da USP e em parecer em processo público até, indicando que onde constou escrito na prova do vestibular (UFPA/99) **"Ângulos Intervalos"** só tolo não sabe que deve ser **"Ângulos Internos"**, que ensino da matemática teve e professa se não tal qual dos tempos aristotélicos?

Nisso o nosso último caso aqui na UFPA foi:

PSS2/UFPA/2008: Quesito 08 - **O número de possibilidades de colocar seis pessoas em círculo igualmente espaçadas, de modo que duas delas não possam ficar em posições opostas, é:**

Parte do que enviei ao Diretor do sistema de vestibular/DAVES/UFPA e preguei cópia no folder do nosso centro (ICEN/UFPA), questionando essa foi:

ERRADA: Quando são colocadas seis pessoas igualmente espaçadas num círculo, isto é, considerando-se que todas estão em pontos do círculo igualmente distante de um mesmo comprimento de arco, fica determinado um hexágono regular. Neste caso, sempre haverá pares de pessoas em posições opostas, no sentido técnico, que foi omitido, de ser diametralmente opostas (Na figura, P_1 e P_4 , P_2 e P_5 , etc). Portanto, o dito “de modo que duas delas não possam ficar em posições opostas” é impossível de ser cumprido.



Logo, o item é errado, donde solicitada fica a sua anulação.

O diretor do DAVES fez o de sempre: NADA, donde a classificação dos candidatos no certame foi feita como se nada tivesse ocorrido. E, aconteceu com a cópia que coloquei no folder do ICEN o de sempre: RASGARAM-NA. Se foi futuro docente de matemática quem fez, é terrível. E se já docente, mais terrível ainda.

E, quem resume quase tudo é o seguinte trecho escrito por um brasileiro que esteve no centro de uma das maiores carnificina humana já ocorrida em solo nacional, **Euclides da Cunha** em Os Sertões. Esse é o seguinte:

“E a guerra de Canudos era, por bem dizer, sintomática apenas. O mal era maior. Não se confinara em recanto da Bahia; Alastrava-se. Rompia nas capitais do litoral. O homem do sertão, encourado e bruto, tinha parceiros porventura mais perigosos.

Valerá a pena defini-lo?

A força portentosa da hereditariedade, aqui, como em toda a parte e em todos os tempos, arrasta para os meios mais adiantados - enlavados e encobertos de tênue verniz de cultura - trogloditas completos. Se o curso normal da civilização em geral os contém, e os domina, e os manietta, os inutiliza, e a pouco e pouco os destrói, recalcando-os na penumbra de uma existência inútil, de onde os arranca, às vezes, a curiosidade dos sociólogos extravagantes ou as pesquisas das psiquiatria, sempre que uma abalo profundo lhes afrouxa em torno a coesão das leis, eles surgem e invadem escandalosamente a história. São o reverso fatal dos acontecimentos. O claro-escuro indispensável aos fatos de maior vulto.

Mas não têm outra função, nem outro valor; não há analisá-los. Considerando-os, o espírito mais robusto permanece inerte a exemplo de uma lente de flintglass, admirável no refratar, ampliadas, imagens fulgurantes, mas imprestável se a focalizam na sombra.”

Juntamente com o seu conseqüente mais simplório.

“Aquele criança era, certo, um aleijão estupendo. Mas um ensinamento. Repontava, bandido feito, à tona da luta, tendo sobre os ombros pequeninos um legado formidável de erros. Nove anos de vida em que se adensavam três séculos de barbárie.”

Ou seja, estamos ante o mesmo caso: **uma vez diplomado promesseiro com ladainha oca e rosário de contas muitas**, esse há de cantá-la enquanto municia trabuco até com as contas do rosário e atira em qualquer um que ache ameaçar o seu bando. Nenhum valor constrói, nada professa, nada ensina, nada diz e destroça o que for preciso, desde que seja do interesse do seu bando.

Assina: Prof. João Batista do Nascimento - Mat.Siape: 1177947, Inst.Mat.UFPA
www.cultura.ufpa.br/matematica/?pagina=jbn
 E-mail: jbn@ufpa.br